

- XVI -**CURRÍCULO, ESPAÇO FÍSICO E GESTÃO: DIMENSÕES
PARA UMA AMBIENTALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO****Gerson Luiz Buczenko**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a ambientalização da Educação básica e do Ensino Superior nas dimensões do currículo, espaço físico e gestão, tomando por base as observações realizadas por pesquisadores e Docentes do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Assim foram foco de observações três instituições de ensino, uma da educação básica e duas instituições de ensino Superior, localizadas em Curitiba e Região metropolitana de Curitiba.

Como objetivos específicos foram definidos: avaliar a presença da educação ambiental no PDI e PPP das instituições observadas; analisar as percepções das instituições em relação ao conceito de ambientalização nas dimensões do currículo, espaço físico e gestão; avaliar em que macrotendências de educação ambiental se enquadram tais instituições. A Indagação de pesquisa foi assim definida: a ambientalização das instituições de ensino superior e da educação básica se enquadra na macrotendência crítica?

A metodologia utilizada pelos pesquisadores foi de análise documental e observação das instituições em relação à inserção da Educação Ambiental em seu cotidiano, inclusive dentro de um contexto de cultura organizacional/educacional. O fio condutor da presente pesquisa se dá por meio da análise crítico-dialética, que segundo Gamboa (2012, p.189) busca “apreender o fenômeno em seu devir histórico e em suas inter-relações com outros fenômenos, buscando compreender os processos de sua transformação, suas contradições e potencialidades de mudança”.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

A Educação Ambiental, considerando seu contexto histórico, possibilita visualizar uma evolução da política pública que percebe, aos poucos, os apelos da sociedade devidamente organizada, e busca atendê-los, pelo menos em parte. Assim, a política pública

é um instrumento que, como afirma Souza (2007), põe o governo em ação e/ou possibilita analisar as ações desse governo, propondo ou não mudanças necessárias. Loureiro (2009, p. 39) afirma que,

uma Educação Ambiental que assume seu caráter político exige a problematização da realidade, a crítica e autocrítica permanente, a construção dialógica e democrática de alternativas, posicionamento e intervenção na esfera pública e um conhecimento complexo da totalidade socioambiental.

Uma sociedade democrática que caminhe para um equilíbrio socioambiental, há que analisar de forma constante das ações do Estado e o engajamento da própria sociedade para, se necessário, ampliar ou redirecionar suas ações.

Segundo Morales (2009) a publicação da Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (EA), trouxe um grande impulso para as questões ambientais no território brasileiro, reafirmando-se no texto legal um caráter integrador e sistêmico da EA. No entanto,

apenas em 2002 há a regulamentação da Lei nº 9795/99 e do órgão Gestor da Política Pública Nacional de Educação Ambiental, que definem as bases para sua execução. Aqui, fica explícito que a educação ambiental é ainda muito inconsistente no ambiente político, dependendo do interesse de cada representante político e partidário vigente no âmbito nacional (MORALES, 2009, p. 46).

Fortalece-se, então, o movimento e a união de esforços da sociedade ou, pelo menos, de parcela desta, para reivindicar ações do Estado no sentido de melhor encaminhar os anseios por uma EA. Quintas (2000 apud LOUREIRO, 2012b) reforça a ideia de que, ao favorecer o direito democrático da sociedade na elaboração e execução de políticas públicas, que venham a interferir no ambiente e em empreendimentos que possam alterar as condições do território, que é comum a todos, o Estado assegura uma condição necessária e vital à vida humana.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA

Loureiro (2012, p. 28), trata de uma Educação Ambiental (EA) definida no Brasil a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social inspirada no

diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas, por vezes, reproduzidas no âmbito escolar e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade. O diálogo é entendido em sentido original de troca e reciprocidade tornando-se a base da educação.

Carvalho (2012) considera que a construção de uma EA crítica impõe a explicitação de algumas posições teórico-metodológicas; a primeira delas diz respeito à forma como se percebe a educação: como um processo de humanização socialmente situado. Assim, repensar a forma como ocorre a educação é uma condição prioritária, valorizando-se todos os sujeitos inseridos no processo educacional, em que não há mais espaço para uma educação bancária, mas, sim, dialógica, em que o aprendizado é mútuo e integrado ao meio ambiente em que se vive.

Entre os objetivos de uma Educação Ambiental crítica a autora enumera:

Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográfica, histórica, biológica e social, considerando o meio ambiente como o conjunto das inter-relações entre o mundo natural e o mundo social, mediado por saberes locais e tradicionais, além de saberes científicos; contribuir para a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos recursos naturais, em direção a formas mais sustentáveis, justas e solidárias de relação com a natureza; formar uma atitude ecológica dotada de sensibilidades estéticas, éticas e políticas atentas à identificação dos problemas e conflitos que afetam o meio ambiente que vivemos; implicar os sujeitos da educação na solução ou melhoria desses problemas e conflitos, mediante processos de ensino/aprendizagem formais ou não formais que preconizem a construção significativa de conhecimentos e a formação de uma cidadania ambiental; atuar no cotidiano escolar e não escolar, provocando novas questões, situações de aprendizagem e desafios para a participação na resolução de problemas, a fim de articular a escola com os ambientes locais e regionais onde está inserida; construir processo de aprendizagem significativa, conectando a experiência e os repertórios já existentes com questões e outras experiências que possam gerar novos conceitos e significados para quem se abre à aventura de compreender o mundo que o cerca esse deixar surpreender por ele; situar o educador, sobretudo, como mediador de relações socioeducativas, coordenador de ações, pesquisas e reflexões – escolares e/ou comunitárias – que possibilitem novos processos de aprendizagens sociais, individuais e institucionais (CARVALHO, 2012, p. 160).

Assim, com suporte nas palavras de Carvalho (2012) e Loureiro (2002), falar em EA crítica e transformadora é afirmar a educação como práxis social que contribui no processo

de construção de uma sociedade sustentável pautada por patamares civilizacionais e societários diferentes dos atuais, sendo a sustentabilidade da vida e a ética ecológica seu cerne. Segundo Loureiro (2002), a EA transformadora é aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo realiza-se de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculada ao fazer educativo, implicam mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais.

No âmbito do que se chama EA emancipatória, podem-se incluir outras denominações como sinônimos ou concepções similares: “Educação Ambiental crítica; Educação Ambiental popular; Educação Ambiental transformadora” (LOUREIRO, 2012, p. 39). Salienta ainda o autor que, nessa perspectiva, é estritamente histórico e cultural o modo como se define e entende a natureza, a partir das relações sociais e do modo de produção e organização em dado contexto. Se isso for ignorado, a atuação será marcadamente ingênua, sem a capacidade de historicizar a ação educativa, e por vezes poderá parecer até mesmo antagônica ao que é defendido como inerente à EA. O autor conclui que,

numa perspectiva histórica e crítica, a atribuição central da Educação Ambiental é fazer com que as visões ecológicas de mundo sejam discutidas, compreendidas, problematizadas e incorporadas em todo tecido social e suas manifestações simbólicas e materiais, em um processo integrador e sem imposição de uma única concepção hegemonicamente vista como verdadeira (LOUREIRO, 2012, p. 45).